



“TOMA QUE O FILHO E SEU...”:
POLÍTICAS PÚBLICAS PRAGMÁTICAS E OUTROS DESAFIOS NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA CONTRA O RACISMO¹

Amauri Mendes Pereira²

RESUMO:

O texto aborda a variedade e complexidade dos desafios postos ao avanço da luta contra o racismo no Brasil. Discute, então, êxitos a celebrar: o crescente desvendamento do mito da democracia racial, a importância das ações afirmativas e as conquistas de espaços institucionais e políticos; e seus limites e perspectivas. E os caminhos seguidos pelo Movimento Negro como um Movimento social: o nível de responsabilidade que lhe cabe, exatamente devido à sua amplitude e à crucialidade da questão racial no Brasil, no contexto das lutas por transformações sociais.

Palavras-chave: Movimento Negro – Racismo – Ações Afirmativas – Pragmatismo – Políticas Públicas

"TAKE THAT THE SON AND HIS...": PRAGMATIC PUBLIC POLICIES AND OTHER
CHALLENGES IN INSTITUTIONALIZING THE FIGHT AGAINST RACISM

SUMMARY:

The paper discusses the variety and complexity of the challenges to advancing the fight against racism in Brazil. Then discusses successes to celebrate: the increasing unraveling the myth of racial democracy, the importance of affirmative action and achievement of political and institutional spaces, and its limitations and prospects. And the paths followed by the Black Movement as a social movement: the level of its responsibility, precisely because of its breadth and the centrality of race in Brazil, in the context of struggles for social transformation.

Chegamos! Conselhos, Coordenadorias, Superintendências... Do negro, de Combate ao Racismo, ou de PIR-Promoção da Igualdade Racial. Na chamada classe política, em setores de Estado em todas as esferas: no executivo, no legislativo, no judiciário; em setores

¹ Reflexões apresentadas na 2ª Conferência de Desenvolvimento-CODE/IPEA . Brasília, 24 e 25.11.2011, na mesa temática “Questão Racial e Políticas Públicas no Brasil”, organizada pela SEPPIR. Agradeço aos companheiros e companheiras participantes pelos comentários e pela discussão que enriqueceu essa última versão. Publicado em Revista da ABPN • v. 3, n. 7 • mar.–jun. 2012 • p. 213-219.

² Militante do Movimento Negro e Professor no DTPE-IE-UFRRJ



da chamada sociedade civil e dos movimentos sociais. Em toda parte há respostas às demandas do movimento negro brasileiro por espaços políticos e institucionais e por políticas públicas capazes de enfrentar o preconceito, a discriminação e as desigualdades raciais. E quem cuida? Como? Infra-estrutura, orçamento, pessoal, equipamento? Formalmente admitido, joga-se esse “bebê” no colo de “quem de direito”.

Em geral militantes negros-as, mas nem sempre, recebem a incumbência. E impõe-se o pragmatismo. É preciso “se virar”: garimpar aliados, esquemas, recursos. Não é fácil encontrar alguém, um caminho, jeitos, e se fazer “alguma coisa”... Vai se tentando... São demais os perigos: de obstáculos camuflados, invisíveis, a sedutoras oportunidades de cooptação, passando pela “razão cínica”, burocracia, inexperiência, “carência geral”...

É preciso ser pragmático, conquistar espaços e avançar na institucionalização da luta contra o racismo? Que assim seja. Haverá armadilhas, riscos, falhas? Uma luta não vive só de acertos. Seria fácil “fazer história” se, de antemão, se soubesse o que vai dar certo, “qual é a boa!”.

AÇÕES AFIRMATIVAS

A partir dos meados dos anos 90 ações afirmativas tornam-se o centro. Em meio ao “tiroteio” um argumento defensivo toma corpo (quase como justificativa): devem ser pontuais e provisórias, e não vão eliminar as desigualdades sociais, nem mesmo as raciais... Surpreende como se estabelece “um lugar”, um limite. Se o racismo está no cerne das desigualdades sociais (PAIXÃO, 2010), um movimento social negro merece este nome se não tiver em seu horizonte o enfrentamento necessário? Ocorre que lutas sociais nem sempre podem escolher as armas e circunstâncias.³

As demandas de ações afirmativas se apresentaram como um caminho imediato face a questões internas e externas que foram se somando na conjuntura dos finais dos anos 80 e início dos 90:

1 – O esgotamento de um modelo de militância negra, abnegada, universalista e argumentativa, empenhada em convencer “todo mundo” de que o racismo era um mal para

³ Bom lembrar essa sentença de Karl Marx no livro **O dezoito brumário de Luís Napoleão**.

toda a sociedade, e que precisava ser enfrentado, de verdade.⁴ Essa pregação topou com uma barreira quase inexpugnável: a insensibilidade branca⁵ – pouca e “habilmente correta” audiência de governos, de órgãos de Estado, na chamada sociedade civil e junto a movimentos sociais;

2 – O avanço dos estudos de relações raciais – contrapartida acadêmica às demandas da luta contra o racismo. Um sub-campo acadêmico que se instituiu criticamente por dentro dos antigos estudos afro-brasileiros. A sociologia estatística e análises engajadas municiaram a proposição desse caminho.⁶

3 – O impulso experimentado por novos atores sociais e políticos no bojo da “terceira via” – entre o capitalismo e o socialismo: a hegemonia do chamado neo-liberalismo, modelos de desenvolvimento social e humano referenciados nos interesses do “mercado”, no individualismo, consumismo, etc. Válvulas de escape surgiram com o fim da guerra fria e a emergência de “um só poder mundial”: novas possibilidades na cooperação internacional e incentivos a ações sociais e políticas possíveis, pragmáticas, “deslocadas” de “problemas estruturais” – Quando certas análises (geralmente centradas no ponto de vista econômico) dizem que a década de 80 foi perdida, a militância negra brasileira e da América latina discorda... Embora atrasados-as e disputando pequenas linhas de recursos, foi uma oportunidade imperdível para muitas organizações e ativistas que estavam na luta!

E esse caminho tem sido vitorioso. Especialmente em pautar a questão racial na agenda política nacional, alcançando resultados inestimáveis.⁷ Evidente que tal

⁴ O MNU, uma importante entidade do Movimento Negro, por exemplo, desde 1980 adotou um lema: “**Questão racial, questão nacional**”.

⁵ Para Florestan Fernandes no livro **A integração do negro à sociedade de classes** essa havia sido a causa do malogro do Movimento Negro, nos anos 20, 30 e 40,

⁶ Carlos Hasenbalg, sociólogo e referência obrigatória nesse tema, diz (após a “euforia de eventos” no centenário da abolição), em nota de um texto de 1989: “Constata-se apenas a desinformação e o descaso quase geral dos intelectuais de todas as convicções políticas a respeito da questão racial e do racismo no Brasil. Muitos congressos, seminários, debates e publicações movimentam a comunidade acadêmica, principalmente os historiadores, em torno do período escravista, da abolição e da transição para o trabalho livre, seguindo-se em importância o tema da cultura negra. A História social do negro no Brasil depois da abolição foi assunto quase totalmente negligenciado”. (Hasenbalg, Carlos, 1997: 23)

⁷ Estudos recentes, na UNEB e na UERJ – as primeiras universidades públicas a adotarem cotas para negros, como forma de acesso ao ensino superior – certificam que “há cotas para entrar, mas não para sair”. Não há, em geral, disparidades significativas entre resultados acadêmicos de estudantes que entraram por cotas e os demais. Ver o estudo de Daniela Frida DrelichValentim **Ex-Alunos negros cotistas da UERJ: Os desacreditados e o sucesso acadêmico**. Editora Quartet-FAPERJ. RJ. 2012



pragmatismo é crucial e precisa do máximo de cada um-a: mais pesquisas, mais e mais criatividade e conquista de corações e mentes; mais qualificação para projetar, articular e gerenciar “ações civis” e políticas públicas – MUITA COISA!

O CONTEXTO IDEOLÓGICO

Desde a falência do eugenismo/arianismo, e da manipulação ideológica do pensamento de Gilberto Freyre, que gerou e consolidou o mito da democracia racial nos meados do século XX não se viu mais racistas, apenas anti-racistas e (como benevolmente entende o sociólogo Sergio Costa), anti-anti-racistas. Até que – no século XXI – as Ações Afirmativas e Cotas caíram sobre a sociedade brasileira como “um raio em céu azul”. Intensos debates e parecia que (finalmente!) seria publicamente e seriamente enfrentado o viés racial das desigualdades sociais. Sobreveio, porém, o refluxo. Praticamente estacou o debate sobre a questão racial no Brasil. O que vige é um “diálogo de surdos”.

Em hostes anti-racistas há emulação teórica-metodológica e analítica, em estratégias de intervenção, em ações efetivas.⁸ No campo anti-anti-racista, exceção de Célia Marinho de Azevedo (2004) que (embora naufragando adiante) se esforçou, em novas pesquisas e com seriedade, em discutir alternativas à raça para a superação do racismo no Brasil, quase sempre é mais do mesmo – medo da raça e da racialização promovida pelo Movimento Negro (!!!), da influência da dualidade classificatória norte-americana, a dificuldade de se identificar quem é ou não negro...⁹

Há, também, intelectuais que se dispõem a ajudar. Um exemplo é o sociólogo Sergio Costa que, a par de forte crítica aos descaminhos das correntes mais influentes das Ciências

⁸ Devo me eximir de comentários, pois está embutida ao longo da argumentação minha notória vinculação, embora reservadamente críticas a certos vieses e exclusivismos analíticos, a essa corrente.

⁹ Nesse caso é necessário comentar os medos: 1 – Dez anos depois das cotas não há sequer um exemplo de “conflitos raciais” nas disputas entre estudantes no ensino médio, ou entre cotistas e não-cotistas. 2 Já é abundante a bibliografia desvendando o racismo do pensamento social brasileiro e a racialização da sociedade, acentuada nos primórdios da República. Ex: VAINER, 1990, e SEYFERTH, 1995. 3 – “Universalizou-se” a auto-declaração, e seu corolário de que na contemporaneidade raça é uma questão sociológica e não biológica. Conflitos, só puxados por anti-anti-racistas que têm dinheiro – Para eles perder privilégios é caro. Mais do que gastar com processos jurídicos.



Sociais no Brasil,¹⁰ sugeriu uma mediação entre os dois campos. Apesar da ênfase em rebuscada e inóqua discussão sobre a distinção entre ter a raça como foco para combater desigualdades e tomá-la como categoria geral de análise do desenvolvimento da sociedade brasileira, percebeu que:

O conceito de raça se transforma em instrumento de mobilização política, em construção discursiva que deve fazer os diferentes estratos populacionais afro-descendentes – do ponto de vista social e cultural tão diversos entre si – um coletivo capaz de enfrentar as desigualdades raciais. (...) O que se tem é uma estratégia política de delimitação e mobilização dos grupos populacionais que, em virtude de um conjunto de características corporais, continua sistematicamente discriminado. (...) A ênfase discursiva e estética da origem africana por parte dos movimentos sociais e de personalidades negras tem contribuído para fazer crescer a auto-estima dos afro-descendentes e fortalecê-los no combate cotidiano das situações de discriminação e racismo. (COSTA, 2002: 125-7)

E há, ainda, quem assuma postura olímpica, como o sociólogo Jessé Souza: ele não “se mistura”, mas emite visões a respeito: a questão racial tem uma importância pequena, não relevante para a compreensão da realidade brasileira. Racialismo é “fraqueza teórica”. É presunçoso e soa antiquado seu resumo da crítica ao racialismo:

... é apenas porque os aspectos socioculturais e simbólicos da situação de classe estão fora do âmbito cognitivo dos racialistas que o campo da dominação simbólica (que é a dimensão central da dominação social no capitalismo tardio) pode, então estar aberto para o “racialismo”, percebido como *única variável socialmente produzida*. A “raça” servia, com sua extraordinária visibilidade, do mesmo modo como volta a servir hoje em dia por meio das abordagens da “sociologia espontânea” do racialismo, *precisamente para encobrir as classes e o “racismo de classe”* (SOUZA, 2006: 133-grifos e aspas do autor)

O pensamento de Jessé Souza não pretende avançar no debate anti-racistas x anti-anti-racistas – todos deficientes cognitivos! Mas a despeito de sua fé em um salvacionismo teórico, que ele cavalga através de hiper-resenhas de clássicos do pensamento filosófico e

¹⁰ Em palestra pública na FGV, em outubro de 2009, Sérgio Costa falou na falência da teoria social no Brasil.



sociológico, sua ácida e arrojada crítica à inconsistência e à “*pobreza do debate teórico e político*” entre a intelectualidade brasileira ajuda a entender as razões do desencanto de atuais anti-anti-racistas com o movimento negro e com o anti-racismo, no momento em que estes se assumem como agentes sociais conquistam força e espaços políticos, dispensam favores, e demonstram impaciência com a coisa morna que propiciava a perpetuação de tudo. Quem sabe a origem do mal estivesse na debilidade teórica e em descuidos epistemológicos de alguns dos mais ferrenhos anti-anti-racistas, refletida na aceitação acrítica daquelas macro-interpretações de Brasil sem questão racial? Desafiados ao enfrentamento, à proposição e construção de mecanismos concretos de superação, antigos estudiosos das relações raciais, capitaneando a perplexidade de incautos, esquecem “[d]o **que se cala, quando se fala do negro no Brasil**”,¹¹ não percebem que andam em círculos, se comprazem em combater a *raça como retórica* e caem na inércia e lamentações, e/ou tornam-se ardorosos combatentes contra propostas concretas de enfrentamento de preconceitos, discriminações e desigualdades raciais.

A maturidade cognitiva de Joel Rufino dos Santos é um alento. No livro **Épuras do social** ele desacreditou de teorias como solução, se estão encaixadas em esquemas conceituais, se só interpretam e explicam, e não tomam o social em sua inteireza, inclusive as significações próprias de seus agentes. Não valem tais teorias, se não problematizam suas lacunas, incompletudes, sua precariedade epistemológica, sua efetividade para as transformações necessárias no sentido da justiça social, da democracia, da plenitude cultural e humana para todos-as.

É nesse ambiente inóspito, que pode ser promissor, que a ação do Movimento Social Negro e a institucionalização da luta contra o racismo precisam agir. Sem se confundir: o Movimento Negro cede quadros, acúmulos e diz presente em conselhos, apoios, ações. Órgãos de PIR – insurgentes e contingentes – agem em consonância com as demandas que os criou. Não é fácil tal arquitetura, mas jamais foi fácil.

MOVIMENTO NEGRO – UM MOVIMENTO SOCIAL

¹¹ Título de um artigo de Ivonne Maggie e Kátia Sento Sé Mello. Falando dos eventos no centenário da abolição, as autoras perguntam (1989, 32): “...qual o espaço que se reserva para falar sobre a perversão do sistema racial vigente no Brasil?”



O pragmatismo, a efetivação e ajustes criteriosos em medidas de ação afirmativa e da luta contra o racismo nos marcos institucionais vigentes: isso é crucial. Mas é pouco. O pragmatismo é quase nada como horizonte de um movimento social negro no Brasil. Não é demais lembrar: para cá veio quase a metade dos seres humanos no tráfico Atlântico de escravizados; aqui começou e foi o último lugar onde terminou a escravidão; e, entre todas as novas nações surgidas nas Américas, o Brasil foi a única a ter presença negra, escravidão (e luta contra a escravidão), em todo o território nacional. É um equívoco pensar no Movimento Negro Brasileiro apenas como resposta ao racismo. Queira ou não, saiba ou não, a militância negra não cuida mais apenas de si e dos seus – Tudo é seu! A questão racial está no cerne do sistema de poder e de valores e refina a reprodução do abismo de desigualdades sociais. Ao rasgar esse véu o Movimento Negro chamou para si a responsabilidade de compartilhar, graças ao acúmulo de lutas e massa crítica, e como garante moral, perspectivas de aprimoramento do Estado e da sociedade brasileira – **Nada de nós, nada para nós: sem nós.**¹² Como a militância negra se põe a altura desse desafio?

Ler **O dilema do intelectual negro**, um texto primoroso e instigante de Cornel West, ajuda muito! Basta aproveitar adequadamente suas inquietações que se referem ao intelectual acadêmico negro norte-americano, num contexto em que é minoritário. Na angústia de lidar com um sistema hegemônico consolidado West percebe que nos EUA

“os intelectuais negros têm poucas escolhas: ou continuam sua letargia intelectual nas fronteiras da academia e nas subculturas letradas anônimas da comunidade negra, ou se insurgem com uma atividade criativa às margens do mainstream, ameaçando suas novas infra-estruturas”.¹³

Aqui esse desafio ao intelectual-acadêmico-militante negro tem outra dimensão. Longe de um sistema consolidado ocorre nas últimas décadas “*a liquida[ção] em bloco [d]o pacto ideológico que conformava a noção anterior de Brasil*”. Desde os anos 80 vem

¹² Devemos mais essa a Boaventura de Souza Santos, e à lembrança de Cida Bento na mesa de debates na 2ª CODE.

¹³ Tradução não publicada oficialmente de Brulino Pereira de Santana, Guacira Cavalcante e Marcos Aurélio Souza. Distribuído no II Congresso de Pesquisadores Negros da Bahia. UNEB-Santo Antônio de Jesus-BA. Outubro de 2011.



se tornando insustentável (entre outras ideologias que formavam aquele bloco) o mito da democracia racial. É atual a visão de Joel Rufino dos Santos no texto **O Movimento Negro e a crise brasileira** (1985: 299), de que “*a crise atual do Movimento Negro (...) se deve, basicamente, à incapacidade de pensar a crise brasileira; e enxergar o papel que o Movimento deve desempenhar na sua superação*”.

Foi-se o tempo de Cruz e Souza emparedado!

Quem vivenciou a emergência e as rupturas produzidas pelo Movimento Negro nos anos 70 lembra da importância de Amílcar Cabral alertando que “*há homens que desesperam, há militantes que desesperam, mas os povos nunca desesperam*”; e o ânimo instigado por Fanon, denunciando a racialização e recusando espaços e limites a sua humanidade, nas páginas finais de **Peles Negras, Máscaras Brancas...**

É preciso ter “caras pretas no palácio”, em grandes empresas, em universidades, em todo o espectro das relações sociais... como um caminho e um processo de construção de efetiva igualdade, como disse Samora Machel.

O filho é nosso! É preciso receber e acalentar conquistas de espaços políticos e institucionais – filhos da luta são preciosos, não devem ser criados e se desenvolver de qualquer maneira. Apenas com a responsabilidade de todos realizarão seu potencial, contribuindo para a inauguração de uma era de igualdade de oportunidades, de justiça social, de democracia.

BIBLIOGRAFIA:

- AZEVEDO, Célia M. Marinho. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. Editora Annablume. São Paulo. 2004
- COSTA, Sérgio. *A construção sociológica da raça no Brasil*. Estudos Afro-Asiáticos ano 24, nº 1 (especial) 2002.
- _____. *As cores de Ercília: Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2002
- _____. *Dois Atlânticos: Teoria Social, Anti-Racismo, Cosmopolitismo*. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2006
- HASENBALG, Carlos A. *Discurso sobre a raça: pequena crônica de 1988*. Em Quase Catálogo – Visões da abolição-1988. CONTINS, Márcia (Org). CIEC-ECO-UFRJ.



1997

MAGGIE, Yvone e SENTO SÉ MELLO, Kátia. *O que se cala quando se fala do negro no Brasil*. In SILVA, Jaime da, BIRMAN, Patrícia e WANDERLEY, Regina. (Orgs). *Cativeiro e Liberdade*. UERJ. 1989.

PAIXÃO, Marcelo. ROSSETO, Irene. MONTOVANELE, Fabiana. CARVANO, Luíz M. *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010*. LAESER-IE-Inst. De Economia-UFRJ. Garamond universitária. RJ. 2010

PEREIRA, Amauri M. *Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Editora Nandyala. Belo Horizonte. 2008

PEREIRA, Amauri.M. e SILVA, Joselina. *O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Editora Nandyala. Belo Horizonte. 2009

RUFINO DOS SANTOS, Joel. *O Movimento Negro e a Crise Brasileira*. In Rev. Política e Administração. nº 2. Jul/set-1985. RJ.

_____. *Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. Global Editora. São Paulo. 2004

SEYFERTH, Giralda. *A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda*. Revista do Museu Paulista. vol XXX. 1985

SOUZA, Jessé. (Org). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2006

VAINER, Carlos. *Estado e raça no Brasil: notas exploratórias*. Estudos Afro-Asiáticos nº 18. RJ. 1990

Artigo recebido em: março de 2012.

Aprovado em: maio de 2012.